



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	O Estabelecimento de Bases Militares Extrarregionais na República do Djibouti
<b>Autor</b>	RODRIGO DOS SANTOS CASSEL
<b>Orientador</b>	ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA

**Título:** O Estabelecimento de Bases Militares Extrarregionais na República do Djibouti

**Autor:** Rodrigo dos Santos Cassel

**Orientadora:** Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

### XXX Salão de Iniciação Científica UFRGS

Por definição, uma base militar possui como objetivo o lançamento de – ou o apoio a – operações de um determinado ator em uma área específica, além de funcionar como um dos principais mecanismos através dos quais as grandes potências administram a distribuição de poder e as zonas de influência no sistema internacional. Usualmente, tais bases são assentadas em territórios de Estados terceiros, fazendo com que haja uma colisão entre a existência dessas instalações e o tradicional princípio de soberania nacional. Cria-se um paradoxo, assim, quanto ao responsável pelo controle do território ocupado – se será o Estado soberano ou a potência ocupante –, além de uma potencial ameaça à integridade territorial e institucional da nação que acomoda a base. Além disso, tal presença extrarregional, não raramente, acarreta instabilidade na região receptora, haja vista que o engajamento de uma nação externa nas dinâmicas locais ocasiona uma percepção de hostilidade aos países vizinhos. Com estas ponderações em mente, o presente trabalho objetiva analisar a reverberação de tal paradoxo no caso da República do Djibouti, que, desde 2001, passou a receber bases logístico-militares de quatro potências extrarregionais – a saber, França, Japão, República Popular da China e Estados Unidos, além de uma com construção prevista por parte da Arábia Saudita –, verificando: (i) os motivos pelos quais a referida nação opta por receber essas instalações em seu território, considerando a discussão acerca da perda de autonomia; e (ii) os impactos desse movimento para as relações intrarregionais no Chifre da África.

A pesquisa atual é uma evolução da anterior, que visava ao entendimento dos fatores que conferem ao Chifre da África uma posição estratégica para o estabelecimento de bases militares extrarregionais. Agora, busca-se inverter a perspectiva de análise, atribuindo maior relevância à percepção da nação africana que as recebe. A saber, a escolha pela perda relativa de soberania e autonomia não é trivial, mas sim fruto de um processo pragmático de análise das possibilidades de inserção a nível internacional. Tal processo, portanto, será analisado à luz do conceito de *Bandwagoning*, presente no Realismo Estrutural de Teoria das Relações Internacionais, que se refere a um contexto no qual um Estado alia-se à(s) superpotência(s) vigente(s) – ao invés de balanceá-la(s) – a fim de adquirir benefícios os quais, sem tal aliança, não estariam disponíveis, mesmo com a consciência de que esta situação poderia acarretar redução da autonomia nacional. Na situação do Djibouti, entende-se que o recebimento de bases estrangeiras se dá mediante o estabelecimento de contrapartidas, ora econômicas ora diplomáticas, as quais podem ser pleiteadas justamente devido à localização geoestratégica privilegiada da nação: na costa do Estreito de Bab-el-Mandeb, na intersecção dos continentes africano e asiático. Explorando tais contrapartidas, no contexto de instabilidade do Chifre da África, ao manter próximas relações junto às potências externas, o referido Estado angaria apoio político internacional para suas reivindicações, como ocorre no caso dos litígios fronteiriços que possui junto à Eritreia, nação vizinha localizada ao Norte do território. Em termos econômicos, as nações que lá mantêm bases firmam contratos de investimento na infraestrutura do país, além de negociarem empréstimos preferenciais em projetos nos setores naval, energético e de construção civil. A fim de amparar a pesquisa e as conclusões apontadas acima, o trabalho ancora a sua metodologia em dois eixos principais: (i) levantamento e revisão bibliográfica de livros e artigos sobre o tema; (ii) análise de fontes primárias – posicionamentos oficiais das autoridades dos Estados envolvidos.